Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA BNCC:
uma reflexão a partir de Michel Foucault

Edilene Maria de Carvalho Leal
Esmeraldo Leal dos Santos

Resumo
O objetivo desse artigo consiste em investigar a relação entre a concepção de governamentalidade neoliberal e de competências e habilidades da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). A hipótese é de que o conceito foucaultiano de capital humano pode ser usado para pensar sobre a constituição do estudante das escolas brasileiras como empreendedor de si mesmo. Isso a partir da reformulação da BNCC de 2017 que alterou a orientação pedagógica de conhecimento para competências e habilidades. Por isso, esse estudo de caráter teórico defende que a governamentalidade neoliberal incide sobre a estrutura da escola engendrando subjetividades econômicas, voltadas ao mercado. Essa concepção de educação atrelada ao mercado, por conseguinte, deixa para trás a ideia de formação de seres humanos em suas dimensões éticas, políticas e culturais, que contribui na constituição de cidadãos autônomos e livres, senhores de seus direitos e deveres e cientes de que sua formação pressupõe a relação com outros cidadãos.
Palavras-chave: governamentalidade; capital humano; competências e habilidades.

NEOLIBERAL GOVERNMENTALITY AND THE SKILLS AND ABILITIES OF THE BNCC:
a reflection from Michel Foucault

Abstract

The aimof this article is to investigate there relation hip between the conception of neoliberal governmentality and the competences and abilities of the BNCC (Base Nacional Comum Curricular). The hypothesis is that the Foucaultian concept of human capital can be used to think about the constitution of the student of Brazilian schools as an entrepreneur of himself. This was base dont here formulation of the 2017 BNCC, which changed the pedagogical orientation from knowledge to skills and abilities. Therefore, this theoretical study argues that neoliberal governmentality affects the structure of the school, engendering economic subjectivities, focused on the market. This conception of education linked to the market, therefore, leaves behind the idea of training human beings in their ethical, political and cultural dimensions, which contributes to the constitution of autonomous and free citizens, masters of their rights and duties and aware that its formation presupposes relationships with other citizens i his conception of education linked to the market, therefore, leaves behind the idea of training human beings in their ethical, political and cultural dimensions, which contributes to the constitution of autonomous and free citizens, masters of their rights and duties and aware that its formation presupposes relationships with other citizens.
Keywords: governmentality; human capital; skills and abilities.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

LA GOBERNAMENTALIDAD NEOLIBERAL Y LAS COMPETENCIAS Y CAPACIDADES DEL BNCC:
una reflexión de Michel Foucault

Resumen
El objetivo de este artículo es investigar la relación entre la concepción de gubernamentalidad neoliberal y lãs competencias y habilidades del BNCC (Base Nacional Comum Curricular). La hipótesis es que el concepto foucaultiano de capital humano puede ser utilizado para pensar la constitución del alumno de lãs escuelas brasileñas como emprendedor de si mismo. Esto se basó em la reformulación del BNCC de 2017, que cambió la orientación pedagógica de conocimientos a habilidades y habilidades. Por lo tanto, este estudio teórico sostiene que la gubernamentalidad neoliberal afecta la estructura de la escuela, engendrando subjetividades económicas, centradas en el mercado. Esta concepción de la educación vinculada al mercado, por tanto, deja atrás la idea de formar seres humanos en sus dimensiones éticas, políticas y culturales, que contribuya a la constitución de ciudadanos autónomos y libres, dueños de sus derechos y deberes y conscientes de que su formación presupone relaciones con otros ciudadanos.
Palabras clave: gubernamentalidad; capital humano; destrezas y habilidades.

INTRODUÇÃO

Para Michel Foucault, a Filosofia pode ser vista como uma caixa de ferramentas em que o filósofo cria um conjunto de conceitos que deem conta de pensar as particularidades, idiossincrasias e bifurcações caracterizadoras dos acontecimentos de seu tempo. Nessa perspectiva, claramente alinhada com a concepção de Nietzsche, Foucault se ocupa do que é imanente, do que se apresenta como o que está aí, diante de nós, nas nossas experiências cotidianas, com tudo que isso tem de contingente e múltiplo. Não existe espaço para o transcendente, para as visões universalistas e deterministas que atravessaram grande parte das teorias históricas, sociológicas e filosóficas sobre a modernidade. Assim, estudar a temática da sexualidade sob a chave de Foucault significa perguntar em que contexto histórico os discursos sobre a sexualidade apareceram, como se caracterizam esses discursos, quem está autorizado a dizê-los. Ou seja, a pergunta é sobre as filigranas do acontecimento, sobre seu status imanente e singular.

Esse modo de proceder do autor carrega duas implicações importantes que desejamos chamar atenção: a primeira é que ele não nos desautoriza a fazer uso indiscriminado de sua caixa de ferramentas, uma vez que seus conceitos são criados para responder às questões específicas do seu sistema de pensamento (recortes interessados da realidade), e assim, datados, tornam-se irrelevantes fora de seu contexto de constituição. Em outras palavras, servem apenas ao próprio Foucault e às suas indagações. No máximo devem ser usados como formulações iniciais que devem ser superados com as análises próprias do leitor foucaultiano. Como o objetivo desse artigo é explicitar como o conceito de governamentalidade neoliberal, criado por Foucault, pode ser usado para compreender os princípios educacionais das competências e habilidades presentes na reforma da BNNC (Base Nacional Curricular Comum) de 2017; a questão aqui é se estudos feitos em 1978-1979, datas do curso do Collège de France sob o título de "Nascimento da Biopolítica", não seriam já datados? Se não deveríamos atualizá-los confrontando-os com o nosso presente? As respostas a essas questões que esboçaremos por aqui serão, perdoem-me os leitores, simultaneamente simples

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

e prosaicas porque esse texto não tem a pretensão de produzir conclusões originais. Mas tão somente fazer um exercício analítico inicial do problema. Por conseguinte, refletir sobre aspectos da BNCC a partir de chaves foucaulltianas é já, assim entendemos, um exercício de atualização do conceito, na medida em que tentamos pensar especificidades do nosso presente.

A segunda implicação refere-se a um tema que tem gerado certa divergência entre os estudiosos de Michel Foucault, a saber: a compreensão de sua trajetória de estudos. Se existiriam fases em sua obra, ou seja, se a primeira seria aquela do interesse pelo saber-poder que marcaria os textos "A História da Loucura" e "As Palavras e as Coisas"; a segunda encontraria foco na obra "Vigiar e Punir" com sua compreensão de poder disciplinar, então o poder apareceria como o centro de sua investigação; A "História da Sexualidade" inicia a fase final em que a pergunta sobre a constituição de si do ser humano moderno daria o tom de seus últimos estudos. É possível, entretanto, saber pelo próprio Foucault como ele articulou, ao longo de sua vida, seus interesses temáticos. Isso pode ser visto em um dos seus cursos que aconteceu um ano antes de sua morte prematura: "O Governo de si e dos outros" (1982-1983). É nele que o autor nos esclarece que seu projeto geral é estudar a *história do pensamento*: "E por 'pensamento' queria dizer uma análise do que se poderia chamar de focos de experiência, nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis" (2010a, p. 5).

GOVERNAMENTALIDADE LIBERAL: SUBJETIVAÇÃO E SUBJETIVIDADE

Esse resumo rápido é importante porque a concepção de governamentalidade, neologismo criado por Foucault nas obras que tratam da produção normativa situada na modernidade liberal, aparece nesse segundo momento de pesquisa e tem um sentido histórico diferente daquele que caracteriza a governamentalidade neoliberal. Por isso, vamos tentar deslindar esse percurso. O que Foucault quer dizer por história do pensamento traduz, na verdade, sua visada metodológica citada acima, ou seja, a prerrogativa de apreender os fenômenos em suas determinações históricas contingentes. Assim, a loucura enquanto objeto não tem existência *a priori*, como se tivesse existido desde sempre e de forma invariável. A loucura, estudada por Foucault (2010a, p.05), foi inventada no raiar da modernidade, a partir de discursos científicos que se autoproclamaram com o poder de dizer a verdade sobre o louco e sua loucura. É, portanto, a tradução do momento em que um conjunto de saberes foi produzido objetivando constituir padrões de anormalidades a partir do que eram considerados padrões de normalidades.

Já o terceiro momento da *história do pensamento* seria aquele dos processos de constituição de si dos sujeitos modernos. Isto é, como os discursos médicos sobre a loucura e as normas sociais estabelecidas a partir deles foram definindo modos de ser louco, dizendo aos sujeitos que tal comportamento é normal ou anormal, que este ou aquele modo de pensar e de ser deve ser seguido; assim, deslindando *sujeitos sujeitados* (Candiotto, 2010, p. 67). Essa expressão pleonástica, perfeitamente justificada na obra de Foucault, refere-se a dois conceitos considerados fundamentais para entender sua história do pensamento: o conceito de governamentalidade e de técnica ou tecnologia. Para Foucault esses discursos de verdade, que enunciam padrões ou normas a serem seguidos, não se impõem de fora, como uma necessidade ou sem o consentimento do sujeito. Este aceita se submeter aos jogos de poder e de verdade porque o modo de ser do sujeito moderno é

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

de submissão. Quando esse sujeito não se submete a esses regimes (outro termo usado por Foucault), que são dos outros, mas também de si mesmos, ele acolhe uma prática autoritária, cede ao poder tirânico e autoproclama-se o descobridor solitário da verdade que pode impor aos outros.

Esse é o caso de Édipo, da tragédia Édipo Rei de Sófocles, que Foucault analisa demoradamente em "O Governo dos Vivos" (2014). Em um resumo grosseiro, ele nos conta que o destino de Édipo é confirmado em função da relação entre os regimes de poder e a enunciação da verdade, a obrigação que se colocava naquele contexto social de dizer a verdade, de fazer a experiência da verdade, através de técnicas aletúrgicas (manifestação da verdade). Como se sabe, Édipo é salvo por seu escravo que decide impedir a atuação da lei do destino e, desconhecendo sua origem, segue sua vida. Até que, já adulto, depara-se com acontecimentos que fazem emergir a sua verdade. Esses acontecimentos o colocam diante do oráculo Tirésias que dá a ele indícios de sua aleturgia: "'Es tu o assassino. [...] E aliás fizeste outras pequenas coisas e descobrirás um dia as impurezas que te ligam à tua família'" (Foucault, 2014, p. 27). Porém, Édipo recusa-se a fazer a experiência da verdade, recusa-se a colocar em ação as técnicas que o levariam à verdade e à verdade da cidade. Note-se que existem modos de dizer a verdade, ou seja, do escravo que o libertou mesmo sabendo o que o destino lhe reservava, a verdade dos deuses que o encaminharam para a busca de si para que alcançasse a liberdade e a verdade do próprio Édipo, a verdade do indivíduo e do seu tempo. Édipo rejeitou esses modos de verdade e decidiu governar Tebas, conduzir a cidade, com seus infortúnios, pestes e problemas causados, inclusive, em função de um governo que se recusou a buscar à verdade. Segundo Foucault (2014, p. 56), quando Édipo decidiu descobrir por si mesmo quais seriam as causas dos males que acometem a cidade que ele governa, ele assim o fez porque o que o dirige é o poder, a manutenção do poder.

Acreditamos que esses conceitos foucaultianos: governamentalidade e constituição de sujeitos, são importantes para compreendermos as políticas neoliberais do modelo das competências e habilidades da BNCC. Já sabemos que ser sujeito, no contexto das sociedades modernas, é decidir-se pelo disciplinamento, pela normatização de sua conduta, pela submissão às técnicas de Estado governamentalizado. Mas o que é governamentalidade e governamentalizado, esses dois neologismos criados por Foucault? Escreve em "Segurança, Território e População":

> Por essa palavra "governamentalidade", quero dizer três coisas. Por "governamentalidade", entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo, por "governamentalidade", entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de "governo" sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", acho que se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da idade Média, tornado nos séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, "governamentalizado" (Foucault, 2010b, p. 303).

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

Como se pode atestar, por governamentalidade entende Foucault uma razão de Estado ou uma racionalidade de Estado, pois, trata-se da constituição histórica de maneiras de proceder, administrar e conduzir o poder em que os governamentalizados aparecem, primeiro, individualizados e depois, totalizados. Dissemos acima que foi o próprio filósofo francês que nos disse que seu intento sempre foi fazer uma história do pensamento; nessa história, um dos momentos centrais é o que chamou de a história da governamentalidade.

Por isso, "Em Defesa da Sociedade" (2005) analisou o primeiro acontecimento da história da governamentalidade: o advento do poder pastoral judaico-cristão em que a figura do pastor, como condutor de seu rebanho em direção à sua salvação, surge com a novidade da individualização, posto que o pastor exerceria a função prática de mediar a relação do crente com Deus na sua trajetória pessoal de redenção. Por conseguinte, nas sociedades judaico-cristãs não é apenas de um rei, o rei Édipo de Tebas, que é exigido a busca de sua verdade, mas de todo e qualquer sujeito que deseje purificar-se, dominar a si mesmo, cuidar de si. Para tanto, coloca em prática uma série de práticas de disciplinamento e técnicas de si, a exemplo da confissão, entendida como a narração de si para o pastor, do que se fez ou deixou de fazer, dos pensamentos e anseios que não pôde controlar, enfim, do processo de autoconhecimento e do necessário autocontrole de si em vista ao disciplinamento cristão.

Esse poder, segundo Foucault (2005, p. 47), conectou-se com as técnicas governamentais das sociedades que se caracterizaram por um poder soberano e disciplinar que, para ser eficaz, procedeu pela individualização dos corpos dos indivíduos e pela assunção do sujeitamento pelas leis jurídicas, isto é, a dominação se dá pela lei (jurídico) e pela norma (disciplina). Com base nessa chave analítica, o pensador francês fez uma genealogia, ou seja: "(...) uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico (2005, p. 15)"; dos discursos justificadores e das práticas governamentais de racismo que confluíram na ideia de Estado-Nação separada de todo resto, uma unidade totalizante que precisava ser defendida do outro, em face do diferente, do que outro que poderia ser sacrificado. Essa racionalidade governamental que encontrou guarida histórica em sociedades do final da Idade Média até sociedades mais atuais, como a que caracterizou a razão de Estado racista do nazismo, apresentava como prerrogativa para seus dominados a necessidade de "(...) defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra-raça que estamos, sem querer, constituindo" (2005, p. 73).

Em meio, entretanto, a essa demanda racional e por vezes violenta por mais Estado, por mais centralidade da ação do Estado, por mais práticas administrativas que subjuguem os sujeitos em nome de sua vida ou em nome do biopoder, surge - segundo acontecimento da história da governamentalidade - outro entendimento sobre o que é governar, que deixa de ser exclusividade do príncipe e passa a ser um poder mais amplo, acessível a várias modalidades da arte de governar: governar uma casa, uma família, almas, uma criança, cidades, etc., mas também governar a si mesmo e governar os outros. Foucault (2010b, p. 281) ressalta que esse conceito mais amplo e mais complexo de governo tem seu tempo de nascimento nas sociedades que se desenvolveram a partir do século XVI e tem no século XVIII o seu auge com as teorias liberais da política e da economia modernas. O problema nesse momento é saber: "Como governar-se, como ser governado, como

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governante possível" (Idem, p. 282).

Na visão de Foucault, essas questões introduzem no Ocidente uma perspectiva de poder e de governo totalmente nova porque a questão do governo dos outros passa a ser articulada à questão do governo de si. Para tornar-se um governante moderno é preciso passar pelo trabalho de autoconhecimento, de olhar para dentro de si mesmo, examinar-se cotidianamente, reconhecer seus limites ou excessos, controlar ímpetos ou desejos escravizantes, constituir-se, em fim, em um saber sobre si mesmo. Essas práticas ou tecnologias sobre si mesmo somente são possíveis na relação com os outros. O sujeito moderno, tal como o sujeito medievo da era cristã, confessa, narra, examina a si mesmo para o outro. Ora, não se exercita o autoconhecimento que não seja no confronto com o que, fora de si, aparece como o certo a seguir, a norma coletivamente estatuída, o *ethos* socialmente desejado. Assim, quando se aprende sobre si estar-se apto tanto a governar os outros, uma vez que terá a sabedoria necessária para buscar um "fim conveniente" para todas as coisas (para o território e a população); quanto a deixar-se governar, no sentido mesmo em que os sujeitos escolhem obedecer porque reconhecem legitimidade no governante. É essa articulação, que Foucault enfatizou por mais de uma vez, entre governo de si e dos outros que caracteriza a experiência da governamentalidade liberal. Isto é, quando governante e governados estão plenamente cientes de suas obrigações republicanas.

A racionalidade da governamentalidade moderna assenta-se na busca por técnicas, procedimentos e estratégias que permitam resolver o problema da segurança para as populações de todos os territórios. Diante de problemas reais, como conceber soluções plausíveis dentro de suas perspectivas de ação igualmente reais? Embora essa prerrogativa de análise pareça resultar apenas em uma concepção já conhecida e criticada de realismo político, próxima, por exemplo, do realismo político de Weber (1993) em que as condições dadas da política são estas e não se pode fazer diferente; em Foucault existe espaço para uma interpretação diferente porque sua análise está ligada a redefinição moderna dos princípios de governamentalidade, muitos dos quais estribados na versão liberal dos fisiocratas.

Para tanto, Foucault (2008, p. 119) apresenta dois exemplos históricos de como a governamentalidade foi, pausadamente, assumindo seus contornos próprios. O primeiro seria o exemplo da escassez alimentar. Para o governo francês do século XVII e século XVIII, era urgente a necessidade de acabar com o fenômeno da escassez, mas havia um impedimento metafísico de resolver esse problema, pois, de acordo com princípios filosóficos, morais e cosmológicos da época, encontrados nas teorias de Maquiavel a Hobbes, a escassez era resultante da natureza má dos seres humanos e da má fortuna característica da natureza. Todavia, outra maneira de lidar com a escassez alimentar foi apontada por um grupo de pensadores, os fisiocratas, que estabeleceu o fundamento do governo econômico no princípio da liberdade de comércio e da circulação de cereais (Foucault, 2008, p. 40). Assim, ao invés de simplesmente reconhecer a condição inescapável da escassez, os fisiocratas propuseram a criação de uma série de dispositivos de segurança, totalmente fundamentados na realidade. Por exemplo, a proibição de estocagem e supressão da proibição de exportação, e demais mecanismos de estabilização do flagelo da escassez alimentar. Com isso, segundo Foucault (2008, p. 61), instala-se o dispositivo complexo da segurança a partir do qual a disciplina, como aquilo que tudo controla, será substituída pelo princípio do deixar fazer (*laissez faire*).

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

O segundo exemplo é o da epidemia de varíola no XVIII. Foucault continua a insistir na diferença entre o dispositivo moderno da segurança e o dispositivo disciplinar dos governos inspirados pelo pastorado cristão. Não é necessário aqui reproduzir os danos produzidos por essa epidemia nesse período e em vários lugares do mundo. Mas, junto com um surto epidêmico (Foucault, 2008, p. 77) muito intenso no início do século XVIII, tem-se o período da inoculação e depois da vacinação que responderam ao acontecimento, totalmente inovador, de não se pretender anular o problema da varíola, mas de introduzi-la nos indivíduos em condições reguladas de modo que o desaparecimento da varíola pudesse ser concluído no ato da vacinação. Tal como vimos com o acontecimento da escassez alimentar, também o acontecimento da variolação engendrou a "[...] dupla integração no interior das diferentes tecnologias de segurança, no interior da racionalização do acaso e das probabilidades" (Foucault, 2008, p. 78).

Assim, o que essa maneira moderna de governar carrega de novidade é um redesenho de táticas e estratégias de governo que deixa para trás as maneiras tradicionais, as maneiras tanto do governo do pastorado cristão que conduzia um rebanho disciplinado e obediente quanto do príncipe soberano que reina no seu território e preocupa-se exclusivamente com a sua segurança (2008, p. 84). Daí também declinar a função do famoso panóptico que Foucault, em "Vigiar e Punir" (1999), usou demoradamente como metáfora do conceito de técnicas de vigilância nos sistemas prisionais. Então, declinam outros conceitos, outras formulações, outras concepções chaves do seu pensamento? Possivelmente. Porém, isso não significa que temos outro Foucault na analítica da governamentalidade; mas que, para pensar certos contextos mais contemporâneos ou pelos menos mais longe do início da modernidade, Foucault se concentrou em outros elementos analíticos que nos parece, inclusive, muito produtivos para pensar tempos e espaços mais atuais.

Na verdade, essas tentativas de praticar outras formas de governar, são decorrentes de uma série de processos históricos que recobriu partes consideráveis do mundo ocidental desses séculos. Diante da crise generalizada do pastorado – uma das principais consequências do fim do feudalismo e da Reforma e Contra-Reforma, um dos problemas que mais inquietava esse contexto era "como governar", já que o padrão de governo do passado, fundamentado na obediência e na disciplina, não respondia mais às particularidades que se desenrolavam na época. Essa questão, todavia, não é colocada nos textos foucaultianos separada da questão de "como não ser governado" ou ao menos de "como não ser governado de tal maneira, por tais pessoas, para tal e tal fim" (Senellart, 1995). E aqui voltamos ao tema que mais nos interessa no pensamento de Foucault: o que esse modo de governar, a governamentalidade, carrega de inovador é a possibilidade da crítica, é certa liberdade de movimento, certo poder de modificação que parece compor a própria racionalidade do ato de governar. E isso porque governar é sempre uma prática que, independentemente do tipo de governo, comporta certa normatização que as subjetividades escolhem *sujeitar-se* (Foucault, 2008, p. 166). É nessa mesma chave que pensam Pierre Dardot e Christian Laval quando escrevem:

> Assim, governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem *para consigo mesmo* quanto aquela que se tem para os outros. É nisso que o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar *contra* a liberdade ou a *despeito* da liberdade, mas governar *pela* liberdade, isto é agir ativamente no espaço da liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas (2016, p. 18-9 – grifos no original).

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

O curso ministrado por Foucault no Collège de France imediatamente posterior a *Segurança, Território e População* (1977-1978) e o *Nascimento da Biopolítica* (1978-1980, 2022). Diga-se de passagem, é o próprio Foucault (2022, p. 249) que nos diz que apesar do título incluir o objetivo de discutir a biopolítica não é exatamente isso que ele faz, detém-se no processo de constituição da racionalidade governamental do neoliberalismo, especificamente alemão, que chamou de ordoliberalismo, e norte-americano. Apesar das diferenças que as separam, ambas reagiram criticamente às políticas kenesianas postas em prática em grande parte da Europa e EUA a partir dos impactos sociais e econômicos causados tanto pela crise de 1929 quanto pelas duas guerras mundiais. As políticas kenesianas, baseadas nas ideias do britânico John Maynard Keynes, também conhecidas por políticas de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), caracterizam-se por um Estado que intervém na economia para garantir direitos trabalhistas e sociais, tais como: seguridade social, férias remuneradas, assistência médica, seguro desemprego, etc.

Contudo, embora compartilhem esse contexto e perspectiva crítica em comum, o ordoliberalismo se afasta do neoliberalismo norte-americano na condução de sua proposta de racionalidade governamental. Posto que, a constituição histórica dos EUA é fundada em ideais liberais desde seus primórdios, de modo que a cultura política sempre foi orientada pelo Estado de direito liberal. Ao contrário do que se dá na Alemanha em que o neoliberalismo aparece como uma forma de suprimir o nazismo e de construção de um Estado novo, conduzido pela liberdade econômica. Por conseguinte, Foucault destaca mais uma diferença: "O liberalismo nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governante e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados" (2022, p. 293). Isto é, enquanto na Alemanha (ou na França) as questões conflituosas entre governante e governados giram em torno de demandas por serviços públicos, nos Estados Unidos são por mais liberdade. E para Foucault (Idem, p. 293), o neoliberalismo americano apresenta-se como uma reivindicação global, que alcança a direita e esquerda. Sendo, portanto, o liberalismo um modo de ser do norte-americano desde seu processo de constituição social e política, o neoliberalismo firmou-se como o espelho sociológico, político e cultural, amalgamando-se à sociedade.

Isso porque, ao contrário do liberalismo clássico que defendia a existência de um lugar para o mercado em uma sociedade política constituída, o neoliberalismo de vertente americana subverte essa noção na medida em que apresenta o mercado como uma moldura do Estado, como aquele que deve servir como forma de condução de suas práticas. Para Foucault: "Não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador do Estado. Isso, creio eu, é um dos traços do liberalismo americano" (2022, p. 292). Não se trata, por conseguinte, de apenas dizer: o Estado deve reduzir seus custos, não deve subsidiar a indústria, deve ser frugal com políticas públicas de educação ou saúde, não deve interferir nos preços ou nas leis de importação e exportação de produtos; reivindicações já costumeiras do velho liberalismo. Trata-se de pensar o mercado como "uma nova razão do mundo" (Dardot e Laval, 2016, p. 16), como uma racionalidade governamental que moldura todas as esferas da existência, inclusive e, sobretudo, a esfera da subjetividade.

Diante disso, perguntemos: como as subjetividades do neoliberalismo se deixam dominar? Na análise do modelo americano, Foucault demora-se em duas problematizações: a criminalidade

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

e a delinquência e a teoria do capital humano. Interessa-nos, para os fins específicos deste artigo, a sua tematização da teoria do capital humano, por isso nos deteremos nela. Entre as décadas de 1950 e 1960 surge, nos EUA, uma série de publicações científicas que comungavam da ideia de que economistas clássicos, como David Ricardo e Adam Smith, equivocaram-se na formulação de uma concepção abstrata de trabalho, uma vez que o definiram a partir do processo de produção, investimento de tempo, uso de máquinas, etc. Os autores dessas publicações ficaram conhecidos como os principais pensadores da economia neoliberal da Escola de Chicago (EUA): Theodor Schultz, Gary Becher e Milton Friedmann. Segundo Foucault (2022, p. 299), esses teóricos subverteram totalmente a economia clássica na medida em que a conceberam como a ciência do comportamento humano que se constitui na "relação entre fins e meios raros" que têm usos mutuamente excludentes. Ou seja, o foco da análise é no comportamento de sujeitos que alocam seus recursos raros (seu capital humano) para concorrer pelo mercado competitivo do trabalho, de modo que a condição para que um fim e um meio sejam atingidos é que estejam inabilitados a outros concorrentes.

Assim, o trabalho é visto como o que comporta um capital, isto é, dispor de aptidão, habilidade, competência, em que o trabalhador assume a função de "máquina"; e comporta também um resultado dessa autoprodução de si mesmo como capital que é o lugar econômico que pode atingir: sua renda. A teoria do capital humano, portanto, coloca em destaque: "A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode estar separado de quem é competente e pode fazer essa coisa. Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, que não pode se separar do próprio trabalhador (...)" (Foucault, 2022, p. 301). Segundo entendemos, a referência de trabalhador como máquina porta um significado bem aos moldes foucaultianos, isto é, livre de qualquer metafísica ou pressuposição profunda ou fundamental. O trabalhador torna-se máquina porque é ele próprio uma empresa, um negócio, um empreendimento que, se bem gerenciado, pode gerar ganhos altos, mas mal gerenciado, gerar ganhos médios ou baixos. Assim, o trabalhador não é mais um indivíduo com um currículo e um saber especializado que exerce uma atividade laboral em um determinado local (empresa, escola, departamento público, etc.), por um salário ao final de certo tempo de trabalho. Mas é ele próprio uma empresa que administra para torná-la cada vez mais rentável. Esse autogerenciamento de si como empresa pressupõe, de acordo com Foucault, um conjunto de práticas a ser desenvolvidas ao longo da vida. E o papel da educação aparece como um dos mais fundamentais no incremento dessa rentabilidade empresarial. Pois, é por meio dela que o indivíduo se constitui como vencedor ou perdedor no processo de concorrência por bens escassos.

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL, A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A BNCC

A governamentalidade neoliberal engendra, portanto, um sistema complexo e estratégico de programação das atividades e condutas humanas, que controla, dos primeiros cuidados dos pais com a criança até as migrações (mudanças de cidades) para que tenha experiências que agreguem à formação. Para que esse sistema funcione, diversas tecnologias são criadas para completar a prática de subjetivação: a produção livresca de autoajuda e as sessões de coachings voltadas para orientação de projetos de vida; saberes psicológicos dirigidos à formulação de dinâmica, organização e gestão

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

em grupo; reformulação do currículo (BNCC) e das bases do ensino médio na direção da constituição do indivíduo-máquina ou de subjetividades empreendedoras; etc. Isso significa dizer que não basta colocar o mercado como a moldura basilar da sociedade política, mas principalmente, criar e efetivar políticas de subjetivação (as tecnologias governamentais) que conduzam os sujeitos a modificarem suas atitudes e escolhas em função do princípio da concorrência. Escreve Foucault:

> No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso -, também vai-se encontrar uma teoria do homo oeconomicus, mas o homo oeconomicus, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O homo oeconomicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro de troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (2022, p. 303).

Se não estamos mais na sociedade do trabalho, do salário e do consumo, certamente estamos na sociedade da concorrência em que os mecanismos que separavam o indivíduo e o capital já não fazem mais o menor sentido. De modo que, afirmações, como as que seguem, são inadequadas para explicar essa nova configuração social do neoliberalismo: um banqueiro ou um CEO de uma empresa é um capitalista porque representa o capital; e um professor ou um trabalhador braçal ou operário de fábrica são oprimidos pelo poder do capital. Posto que, todo e qualquer indivíduo dispõe de capital (suas competências, talentos e habilidades), independentemente de suas diferenças de classe. Desse ponto de vista, o neoliberalismo neutraliza as divisões de classe e as desigualdades sociais, e tudo funciona como se, virtualmente, todos fossem acionistas, investidores ou colaboradores de seu trabalho-empresa. Não existem mais funcionários, empregados ou trabalhadores, eles são colaboradores (da empresa, fábrica, escola, multinacional, etc.), que *escolhem* ajustar-se às demandas de sua função e, assim, investem no aumento de seu capital. Governar visando que a conduta dos governados atinja determinados interesses próprios ao neoliberalismo, mas de maneira que esses governados acreditem que esses interesses são seus, é a perfeita tradução da estratégia da governamentalidade moderna de que nos fala Foucault: produzir a obediência voluntária, a subjetivação. Segundo Christian Laval e Pierre Dardot:

> Essa lógica que consiste em dirigir indiretamente à conduta é o horizonte das estratégias neoliberais de promoção da "liberdade de escolher". Nem sempre distinguimos a dimensão normativa que necessariamente lhes pertence: a "liberdade de escolher" identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha "com toda a liberdade" o que deve obrigatoriamente escolher para seu interesse (2016, p. 216).

É dentro desse quadro analítico que a educação funcionará, para os teóricos neoliberais, como a base mediante a qual o capital humano, o *homo eoconomicus*, é formado. Pois, as pesquisas da Escola de Chicago, de acordo com Foucault (2022, p.326), desenvolveram-se no sentido de se compreender como se produz o capital humano: Seria ele hereditário ou inato? Pode ser adquirido por meio de políticas de educação? A conclusão a que chegaram é que uma parte desse capital é inato e a outra é adquirida, por isso a importância de promover uma formação educacional voltada

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

à maximização ou conquista das competências e habilidades dos indivíduos. Assim, essa educação (Foucault, 2022, p. 308) vai desde a qualidade do afeto, do tempo e do cuidado que a mãe disponibiliza a seu filho-filha até o acompanhamento, durante sua vida, da relação que mantém com a alimentação (se atende ao padrão da alimentação e do corpo saudável), de seu progresso intelectual e psíquico. Essas práticas educacionais são investimentos que podem ser medidos posto que, a depender do grau desses investimentos, sabe-se o tipo de renda que esse filho-filha acessará no futuro: seus ganhos salariais serão altos se os investimentos na produção de seu capital foram altos. E o que ganha essa mãe que investiu duramente no filho-filha-empresa? A renda final dessa mãe é uma renda psíquica, ela sente-se realizada porque *livremente* atendeu às demandas ideais da maternidade.

Deve-se dizer, contudo, que não é apenas diante do contexto do neoliberalismo que a educação se transmuta para atender às expectativas do capitalismo. Vários estudiosos da educação já nos alertaram para essa relação afinada entre modelo econômico e modelo educacional desde as mudanças operadas pelos sistemas de ensino para se adequar às novas exigências do modelo de produção fordista-taylorista. O esquema racional e padronizado desse modelo (Laval, 2019, p. 203) também foi vista em operações práticas do magistério, especialmente, na pressuposição de que existe um método único e padrão que pode ser seguido por todos e que seus resultados devem ser continuamente avaliados para o controle e mensuração de sua eficácia. Assim, os profissionais de educação seriam meros transmissores e executores que passam seu tempo aplicando testes, tabulando resultados e preenchendo diários de classe.

Os sistemas educacionais, com esse modelo, passaram a ser orientados pelo paradigma da educação voltada ao mercado de trabalho e à profissionalização, a despeito do paradigma humanista anterior que orienta para a formação do ser humano completo, constitutivamente livre e senhor de direitos e deveres. Evidentemente que essa vinculação da educação com a economia de mercado produz consequências graves para a prática democrática de um país, pois quando a educação deixa de ser o lastro da formação da cidadania, como podemos falar em sociedade efetivamente democrática? Já vimos que, com o neoliberalismo, a percepção da liberdade como *lócus* de deliberação do indivíduo foi drasticamente esvaziada, uma vez que este *é levado a escolher* os interesses do mercado. Soma-se a isso, o processo de supressão da crítica às desigualdades e injustiças sociais, pois, as figuras antípodas do trabalhador e capitalista desaparecem para serem substituídas pelo homem-máquina, homem-empresa, pelo empreendedor de si mesmo; de forma que todos são supostamente donos, acionistas, investidores de empresas. Isso leva-nos a considerar que a nova ordem governamental opera através da suspensão dos principais valores do iluminismo, daqueles que tanto conduziram os processos civilizatórios e democráticos. O que temos atualmente em plena atividade é a lógica do mercado, como padrão societário. Por isso que Laval (2019, p. 87) escreve que "o neoliberalismo se apresenta hoje como uma radicalização dessa lógica". Ou seja, a lógica de que as empresas e seus institutos de pesquisa privado em educação (como a fundação Lemann, do empresário Jorge Paulo Lemann) contribuem para a definição das orientações, conteúdos e métodos de ensino.

E essa lógica da escola-empresa não caracteriza apenas domínios e contextos específicos e nacionalizados, mas traduz-se em uma política universal de educação que se pode constatar a partir da leitura do relatório da Comissão Internacional para a Educação no Século XXI (Unesco, 1996) que estabeleceu os quatro pilares da educação: *Aprender a ser*, *aprender a fazer*, *aprender a conviver* e

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

aprender a conhecer. Embora a discussão sobre essa resolução venha normalmente acompanhada pela ênfase na formação democrática do estudante, o que se constata, em uma análise mais fina, é a substituição da palavra *conhecimento* por *competência*. Não se trata mais, enfatizamos, de formar cidadãos críticos e responsáveis por seu destino e de sua sociedade. Mas produzir indivíduos adequados ao novo espírito do capitalismo, para pensarmos em termos weberianos, que se adaptem às demandas flexíveis do mercado financeiro e que estejam aptos a resolver problemas; eixos constitutivos das competências e habilidades que orientam a Base Nacional Comum Curricular da educação brasileira (Bncc, 2017). Esses eixos podem ser lidos como "estratégias de individualização das novas políticas de gestão dos recursos humanos" (Laval, 2019, p. 78-9). Por que é uma estratégia de individualização do trabalhador? Porque a proposta de educação anterior que visava conhecimento e diploma, possibilitava que o sujeito contasse sua história em um currículo que o assentava no mercado de trabalho salarial. Entretanto, quando da ascensão do neoliberalismo e do trabalho flexível, constituiu-se "Uma individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas" (Sennett, 2015, p. 14).

A escola seria, portanto, o lugar onde o indivíduo desenvolve seu capital humano, oferecendo todas as condições necessárias para que seja continuamente estimulado a se adequar às exigências flexíveis do mercado. Como? Ensinando-o aptidões que possam ser transportadas para os mais diversos contextos profissionais e da vida: dispor das competências básicas da leitura, de modo que possa comunicar-se e transmitir mensagens; da competência de refletir que o capacite a resolver problemas e a aprender a aprender diante de situações novas; da competência moral que o encaminhe a integrar-se em grupos; das competências que contribuam para "vestir a camisa da empresa", como capacidade de adaptação, criatividade e responsabilidade. Segundo a última versão aprovada da BNCC (2017, p. 10): "Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho". A escola das competências e habilidades (Laval, 2019, 83) recorta os conteúdos de cada componente curricular, as atividades e provas, as rubricas de avaliações, a relação entre base comum e parte diversificada do currículo, ou seja, todas as ferramentas que a caracterizam, a partir da lógica da competência. O ensino aparece, então, picotado em diversos componentes, tecnizado e burocratizado de forma que o estudante passa parte de seu tempo de estudo, buscando articular as diversas diretrizes de seu aprendizado.

Como vimos acima, essa nova razão governamental, para falarmos com Laval e Dardot, recusa a governamentalidade liberal (Foucault, 2022, p. 136), posto que calcada na demanda por menos Estado e mais liberdade para o mercado e para os indivíduos; exige que seja o mercado o constituinte absoluto do Estado, da sociedade e dos sujeitos. O estado, a sociedade e os sujeitos que existiam antes estavam em erro, apresentavam defeitos que precisavam ser corrigidos por uma ação radical, pela proposta de tornar a liberdade concorrencial do mercado a forma por excelência da política, do social e da existência. Por isso, a constituição do homem-máquina, competência-máquina, *homo oeconomicus*, como aquele que, ao contrário do *homo oeconomicus* do liberalismo clássico que dispunha de *laissez-faire* para conquistar seus interesses, dobra-se à realidade e deixa-se governar pela mão visível do mercado.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

CONCLUSÃO

Por fim, na governamentalidade neoliberal, a demanda é pela construção de uma nova subjetividade, orientada, primordialmente, pelo princípio da liberdade concorrencial e por interesses econômicos: as subjetividades são elas próprias micromercados ou microempresas. Daí a importância da criação de um Estado (Foucault, 2022, p. 121) que atue no sentido de espalhamento dessa nova razão governamental criando, por exemplo, políticas públicas de educação que produzam essas subjetividades, tal como a política educacional da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), sob a liderança dos Estados Unidos, que "(...) antecipam competências futuras e defendem uma padronização curricular em escala mundial, com conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos pelos estudantes, sob o mote de *bem-estar*" (Silva e outros, 2022, p. 03). Note-se que é uma organização econômica e não educacional que efetivamente criou as bases para a educação de todo o mundo a partir da racionalidade do capital. Assim, ao invés de uma educação fundamentada na formação do ser humano e do cidadão, temos uma educação voltada para o gerenciamento de subjetividades que administram seu capital humano, ou seja, suas competências e habilidades para que se ajustem às necessidades do mercado de trabalho, ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

BNCC. Histórico da BNCC. MEC: 2023. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico. Acesso em 28 ago. 2023.

CANDIOTTO, César. Ética e Política em Michael Foucault. IN: *Revista Trans/Form/Ação*. Marília, vol. 33, nº 2, pág. 157-176, 2010(b).

CANDIOTTO, César. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010(a).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Ditos& Escritos: Ética, Sexualidade, Política – Vol.V*. Edição francesa de *Dits et Écrits* (1994). 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010b.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*: curso no Collège de France (1981-1982). 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*: Curso dado no Collège de France (1978-1979). 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos: Estratégia, Poder-saber* – Vol.IV. Edição francesa de *Dits et Écrits* (1994). 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.78840
e78840

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O Governo de si e dos outros (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa*: o Neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo***.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENELLART. Michel. A Crítica da Razão Governamental em Michael Foucault. IN: Tempo Social; *Revista de Sociologia da USP*: São Paulo, 7(1-2): 1-14, outubro de 1995.

SILVA, Maria. Abádia da.; SILVA, Maicon. Donizete. Andrade; FERREIRA, Neusa. Souza. Rêgo. Governar por números: política da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para a educação básica. Brasília (UNB): *Revista Brasileira de Educação*, 2022.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 14ª ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1998.

Submetido em 30 agosto de 2023

Aprovado em 08 de maio de 2024

Informações das autoras

Edilene Maria de Carvalho Leal
Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (LABEURC/UFS/CNPq).
E-mail: edileneleal@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9377-5777
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/4004181610191914

Esmeraldo Leal dos Santos
Programa de Pós-graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/UFRPE)
E-mail: esmeraldoleal@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0568-9807
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/4826184433226935